

política



Repórter Brasília

Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Segurança em xeque



PDT/DIVULGAÇÃO/JC

Presídios viram “pós-graduação do crime” e Estados precisam reagir, afirmou o deputado federal gaúcho Pompeo de Mattos (PDT, foto). A segurança pública no Brasil enfrenta um colapso silencioso e contínuo. Enquanto o País assiste a um aumento na sofisticação e ousadia das facções criminosas, que atuam dentro e fora dos presídios, o debate político ainda gira em torno de competências, disputas institucionais e entraves federativos.

Sobrevivência do Estado

A proposta de emenda constitucional relatada pelo deputado Mendonça Filho (União-PE), enviada pelo governo federal, tenta colocar ordem nesse cenário ao fortalecer o papel da União no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e no sistema penitenciário. Mas o desafio vai muito além das normas constitucionais: é uma questão de sobrevivência do Estado diante do avanço do crime organizado.

Crime tomou conta dos presídios

O deputado Pompeo de Mattos, líder do partido na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ), alertou que “os presídios brasileiros se transformaram em verdadeiras faculdades da criminalidade”. Facções como o PCC, Comando Vermelho, Família do Norte, Guardiões do Estado, Os Manos, Bonde dos 13, PGC e Trem Bala, não apenas dominam o sistema carcerário, mas operam como multinacionais do crime, com ramificações em vários estados e conexões internacionais.

Bandidos tomaram conta

“A situação está insustentável”, disse o parlamentar à coluna Repórter Brasília. “Os bandidos tomaram conta. Agora, já estão virando multinacional.” O diagnóstico é direto e inegável: as penitenciárias brasileiras não apenas falharam em sua função de ressocialização, mas se tornaram centros de formação e comando do crime organizado.

Oportunidade de debate sério

Pompeo de Mattos faz um apelo claro: é hora de o Congresso assumir seu papel. “A última palavra é dos congressistas. Não tem por que ter preconceito contra a proposta. É hora de fazer o dever de casa”. Para ele, “votar contra a admissibilidade da PEC, é votar contra o Parlamento debater o tema, o que é um absurdo”, lamenta.

Discutir segurança com profundidade

A proposta não resolve todos os problemas, mas cria uma chance de ouro para que o Brasil discuta segurança pública com profundidade, incluindo o papel dos estados, a gestão prisional e a coordenação nacional. Segundo Pompeo, “o texto deve ser discutido em comissão nos próximos meses, e pode ser avaliado até o fim do ano”. A estimativa do parlamentar é que a admissibilidade seja aprovada na CCJ por 38 votos a 22, sinal verde para que o debate ganhe fôlego no Congresso.

Não sufocar os estados

A proposta busca equilíbrio: fortalecer a União sem sufocar os estados. Afinal, o combate à criminalidade exige cooperação plena entre os entes federados, compartilhamento de inteligência, coordenação estratégica e investimento consistente.

Política penal robusta

A PEC da Segurança Pública é apenas o início; o País precisa de uma política penal robusta, que combine repressão qualificada, inteligência policial, controle efetivo dos presídios e uma reforma profunda no modelo de gestão carcerária.

Bolsonaro faz postagem antes de parecer da PGR

‘Querem me destruir’, afirmou o ex-presidente na rede social X

/ INVESTIGAÇÃO

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), réu por golpe de Estado no Supremo Tribunal Federal (STF), publicou ontem, texto no X (antigo Twitter) em que afirma que “o sistema” quer “destruí-lo por completo” visando, depois, alcançar o cidadão comum. A declaração ocorre no mesmo dia em que terminou o prazo da Procuradoria-Geral da República (PGR) para apresentar as alegações finais na ação penal da trama golpista.

“O sistema nunca quis apenas me tirar do caminho. A verdade é mais dura: querem me destruir por completo - eliminar fisicamente, como já tentaram - para que possam, enfim, alcançar você. O cidadão comum. A sua liberdade. A sua fé. A sua família. A sua forma de pensar. Sem que reste qualquer possibilidade de reação”, escreveu.

Bolsonaro e outros 30 réus respondem pela trama golpista, que, segundo a investigação, começou após o então presidente não aceitar o resultado eleitoral de 2022, quando foi derrotado nas urnas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A estratégia de Bolsonaro para se livrar da prisão tem sido tentar converter sua causa própria em clamor popular, utilizando até mesmo tentativa de intervenções estrangeiras na Justiça brasileira. Exemplo disso é a guerra tarifária iniciada pelo presidente norte-americano Donald Trump, que taxou em 50% produtos brasileiros que cheguem aos Estados Unidos, para que o Brasil recue no processo penal contra Bolsonaro.

Sem citar o relator da ação, ministro Alexandre de Moraes, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, ou qualquer outra autoridade, o ex-presidente afir-

ma que “querem silenciar quem se opõe”. “E se não podem calar com censura, tentam com ameaças, inquéritos, prisão ou até com a morte. Não se enganem: se hoje fazem isso comigo, amanhã será com você”, escreveu.

As alegações finais são a última etapa antes do julgamento de fato ocorrer. Até o final desta edição, o documento não havia sido divulgado. A expectativa é de que o procurador-geral peça a condenação do ex-presidente. Não se sabia ainda se ele incluiria no documento manifestação sobre prisão antecipada do réu.

A prisão preventiva pode ocorrer mesmo antes da condenação, amparada no Código Penal, em casos motivados para “garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova de existência do crime e indícios suficientes da autoria”.

Cid diz que Filipe Martins mudou decreto golpista

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

O tenente-coronel Mauro Cid afirmou ontem, em audiência de testemunhas no Supremo Tribunal Federal (STF), que o ex-assessor da Presidência Filipe Martins fez alterações a pedido do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na minuta com medidas de exceção para reverter o resultado das eleições de 2022. Martins nega participação.

Ainda segundo Cid, que prestou depoimento na condição de informante, Filipe Martins teria exibido os “considerandos” do decreto golpista em reunião com Bolsonaro e os comandantes das Forças Armadas na biblioteca do Palácio da Alvorada, nos últimos meses de 2022.

O tenente-coronel disse em resposta ao ministro-relator das ações penais da trama golpista, Alexandre de Moraes, que Martins se reuniu com Bolsonaro no final de 2022 e saiu do encontro com o decreto golpista “rabiscado”. Os rabiscos seriam as alterações pedidas pelo então presidente. Foi quando ele pegou o computador para fazer as modificações sugeridas pelo presidente”, disse Cid. “O documento em si, propriamente dito, era com-



Tenente-coronel Mauro Cid deu depoimento na condição de informante

posto de prisão de autoridades, decretação de novas eleições e novas medidas relacionadas a ações em torno disso aí.”

Moraes teve uma série de atritos com o advogado de Martins, Jeffrey Chiquini, durante a audiência com testemunhas ontem. O magistrado chegou a dizer para Chiquini se calar. “Doutor, enquanto eu falo o senhor fica quieto”, afirmou Moraes.

O advogado apresentou di-

versas questões de ordem aos procedimentos adotados na tramitação das ações penais, o que foi o primeiro motivo de ruído com o magistrado.

Logo no início, Moraes criticou a abordagem de Chiquini ao questionar o tenente-coronel Mauro Cid. “Há advogado e há as partes. Se o senhor deseja denunciar alguém deveria ter prestado concurso para o Ministério Público”, afirmou Moraes.